

A. I. N° - 7020266/93
AUTUADO - TRANSULTRA S.A. [TRANSULTRA S.A. ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE ESPECIALIZADO]
AUTUANTE - PEDRO NILSON OLIVEIRA MARTINS
ORIGEM - IFEP-DAT/METRO
INTERNET - 18.07.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0255/01-03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. MERCADORIA TRANSPORTADA SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Inexistência de elementos que determinem a base de cálculo do imposto. Falta de Termo de Apreensão. Normalmente, a falta de liquidez do lançamento ou a inexistência de Termo de Apreensão dos bens são fatores de nulidade do procedimento. Entretanto, neste caso, em que já houve a reconstituição do procedimento, em virtude do extravio do Auto de Infração, envolvendo fato ocorrido há quase dez anos, não há como se fazer a “reconstituição da reconstituição”. Seria uma afronta ao princípio da segurança jurídica. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/10/59, diz respeito a 32.945 m³ de água desmineralizada transportada sem documentação fiscal [sic]. ICMS lançado: CR\$ 1.227.332,04. Multa: 150%.

O autuado defendeu-se alertando que um caminhão só tem capacidade para transportar 32 m³ de água. Para poder transportar o volume de água indicado pelo fiscal seriam necessários mais de 1.000 caminhões, ou então um caminhão com 3.800 metros de comprimento. Avalia que a quantidade de água indicada pelo fiscal no Auto de Infração daria para encher o Estádio do Maracanã.

Segundo a defesa, teria sido anexado Certificado de Capacitação para o transporte de produtos perigosos n° 341179 para o tipo de veículo utilizado (semi-reboque), para provar que sua capacidade nominal é de 32 m³.

Também é questionado o critério adotado pelo fiscal na determinação da base de cálculo do imposto.

A defesa chama ainda a atenção para a data indicada no Auto de Infração: 18/10/59, observando que a data correta seria 18/10/93. Pede o cancelamento do Auto de Infração.

Não obstante ter sido apresentada defesa, o sujeito passivo foi considerado revel. Ao tomar ciência da sua situação de revel, o autuado foi à Procuradoria da Fazenda, munido de cópia da peça de defesa, para solucionar o equívoco. O processo, contudo, havia sido extraviado. Em face disso, o contribuinte pediu que fosse feita a reconstituição do processo.

A PROFAZ determinou que o processo fosse restaurado. Em seguida, encaminhou as peças à IFEP.

Como o fiscal autuante não exerce mais suas atividades na repartição local, foi determinado que fiscal estranho ao feito prestasse informação.

O fiscal incumbido de prestar a informação considera que, no tocante à quantidade de água transportada, a questão decorreu do emprego de um ponto, nu lugar de uma vírgula, pelo fiscal autuante. Em vez de 32.945 m³, o correto seriam 32,945 m³.

Já no que concerne à base de cálculo, o fiscal informante declara que não existe no processo nenhum demonstrativo que indique como o autuante chegou à base de cálculo do imposto. Na sua opinião, a água desmineralizada é um produto de baixíssimo valor econômico.

O informante observa, ainda, que falta no processo o Termo de Apreensão, elemento indispensável para subsidiar o Auto de Infração de trânsito, quando diz respeito ao lançamento de imposto.

Conclui opinando pela nulidade do Auto de Infração, em face da falta de elementos que possibilitem determinar a base de cálculo, e tendo em vista a falta do Termo de Apreensão.

VOTO

Este Auto de Infração contém uma série de absurdos. A começar pela data: o Auto de Infração teria sido lavrado no ano de 1959!

Apesar de ter sido apresentada defesa em 5/11/93, tendo o Auto de Infração sido lavrado em 18/10/93, o contribuinte foi considerado revel.

O contribuinte procurou a repartição, munido de cópia da defesa, para solucionar a questão da revelia, mas a essa altura o processo havia sido extraviado. O próprio contribuinte foi quem requereu a reconstituição do processo.

A PROFAZ determinou a reconstituição, mas não foi possível fazê-la a contento, pois faltam elementos essenciais: o Termo de Apreensão e os dados relativos à base de cálculo.

A acusação é de que estaria sendo transportada certa quantidade de água desmineralizada sem documentação fiscal da operação.

O fiscal que prestou a informação observa que não há elementos que indiquem como foi determinado o preço da água desmineralizada à época do fato, mas “imagina” que seja um produto de baixíssimo valor econômico.

Ocorre que, consoante o instrumento à fl. 12, o valor do débito atinge uma cifra considerável. O erro pode ser decorrente da quantidade da água transportada, que segundo o Auto de Infração seria de 32.945 m³. É provável que o imposto tenha sido calculado com base em 32.945 m³. Evidentemente, nenhum caminhão neste mundo poderia transportar tanta água. A defesa chega a ridicularizar o episódio, comentando que para poder transportar o volume de água indicado pelo fiscal seriam necessários mais de 1.000 caminhões, ou então um caminhão com 3.800 metros de comprimento, de modo que a quantidade de água indicada pelo fiscal no Auto de Infração daria para encher o Estádio do Maracanã.

Enfim, há incerteza quanto à quantidade. Por outro lado, não existem elementos que possibilitem a determinação do preço da mercadoria. Falta, então, um requisito essencial para o lançamento do crédito tributário: a liquidez.

Isto quanto aos aspectos substanciais do procedimento. Além desses aspectos, analisando agora o procedimento do ponto de vista formal, há a questão da falta de Termo de Apreensão, que constitui requisito de validade para a lavratura do Auto de Infração.

Normalmente, a falta de liquidez do lançamento ou a inexistência de Termo de Apreensão dos bens são fatores de nulidade do procedimento. Entretanto, neste caso, em que já houve a reconstituição do procedimento, em virtude do extravio do Auto de Infração, envolvendo fato ocorrido há quase dez anos, não vejo como se fazer a “reconstituição da reconstituição”. Seria uma afronta ao princípio da segurança jurídica.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 7020266/93, lavrado contra **TRANSULTRA S.A. [TRANSULTRA S.A. ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE ESPECIALIZADO]**.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de julho de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA